



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Comissão de Assuntos Europeus

**RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA  
REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DO GRUPO ESPECIALIZADO DE  
CONTROLO PARLAMENTAR CONJUNTO DA EUROPOL**

**Bruxelas, 23 e 24 de setembro de 2019<sup>1</sup>**

Delegação: Deputada Emília Cerqueira (PSD); Deputado Ricardo Bexiga (PS);  
Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP).

A Delegação foi acompanhada pelo assessor da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Fernando Bento Ribeiro, e pelo Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia (UE), Bruno Dias Pinheiro.

Da agenda da reunião constavam os seguintes pontos:

**23 Setembro 2018, 14:00 – 18:30**

**14.00 - 14.30 - Adoção da Agenda e boas-vindas**

- Juan Fernando LÓPEZ AGUILAR (S&D), Presidente da Comissão LIBE do PE;
- Mari-Leena TALVITIE (PPE), Copresidente do GCPC e Chefe da Delegação finlandesa

*O Presidente da Comissão LIBE do PE, López Aguilar, deu as boas-vindas aos parlamentares participantes na reunião, que se realizou na sala de reuniões do plenário do Parlamento Europeu. Explicitou sumariamente a ordem de trabalhos prevista para a tarde de dia 23 e a manhã de dia 24.*

---

<sup>1</sup> <https://www.europarl.europa.eu/committees/en/product-details/20190911EOT03961>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Comissão de Assuntos Europeus

*A Chefe da delegação finlandesa, Mari-Leena Talvitie, começou por se referir à história da Europol e à necessidade de combater a criminalidade transfronteiriça. Fez uma descrição sumária da atual redação do Regulamento.*

*A Sra. Talvitie considerou que a Europol e o seu intercâmbio transfronteiriço de informações são fundamentais quando procuramos combater sérios crimes internacionais e organizados, terrorismo e cibercrime.*

*“A Europol oferece aos países membros a capacidade de prevenir crimes graves. Os Estados- Membros (EM) individuais não podem, sozinhos, alocar os recursos necessários para isso. É por isso que a Europol deve ter recursos suficientes para gerir as suas funções. A prevenção de crimes transfronteiriços graves é importante para todos nós”, disse, enfatizando que o combate ao crime transfronteiriço exige uma rápida troca de informações.*

*A Europol foi estabelecida como uma resposta à necessidade dos EM de prevenir crimes transfronteiriços. O objetivo é apoiar e aprimorar as operações das forças policiais dos EM e outras autoridades policiais, a fim de evitar e investigar o terrorismo e outros crimes graves. A Europol também tem funções relacionadas com a formação das autoridades policiais. O objetivo da legislação atual é melhorar o intercâmbio de informações entre os países membros e a Europol - prestando atenção à proteção de dados.*

*“O combate ao terrorismo, crimes graves e crimes cibernéticos são pontos focais importantes para a Europol. Precisamos ter meios fortes, legítimos e transparentes para prevenir realisticamente o crime transfronteiriço”, disse a Sra. Talvitie.*

*O controlo parlamentar da Europol baseia-se no artigo 88.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, segundo o qual as operações da Europol serão examinadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, juntamente com os parlamentos nacionais. Os parlamentos nacionais dos países membros e o Parlamento Europeu têm representantes na Europol. O JPSG é responsável pelo escrutínio político das ações da Europol, incluindo os impactos nos direitos e liberdades básicos.*

*Uma vez colocada à consideração das delegações, a agenda proposta foi adotada sem alterações, oposições ou comentários.*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Comissão de Assuntos Europeus

**14.30 - 15.30 - Relatório das atividades da Europol de março a setembro de 2019 e projeto de documento plurianual de programação da Europol 2020-2022**

A *Sra. Catherine de Bolle*<sup>2</sup>, após os agradecimentos e cumprimentos iniciais, apresentou sumariamente as ações da Europol de março a setembro de 2019, os desafios que se colocaram e o desenvolvimento do programa plurianual. Deu conta das atualizações operacionais desde a conferência de Bucareste.

Aludiu à criação de um Grupo de Trabalho para análise da situação dos crimes económicos e financeiros, criando plataformas online que permitem a investigação e observação desses programas, tratando-se de uma estrutura de inovação. Disse haver especialistas dos EM dispostos a colaborar com a plataforma online; mais recursos para os EM no combate à corrupção; reforço de três centros Europol: cibercriminalidade, terrorismo e criminalidade económico-financeira.

Afirmou que o quadro financeiro da UE irá definir o financiamento da Europol, prevendo-se um corte de 10% relativamente ao orçamento atual; espera que os EM compreendam a necessidade de acompanhar o esforço da Europol.

Salientou as atividades operacionais em curso face a ataques em vários EM nas áreas da cibercriminalidade (ransomeware), grupos organizados – darkweb -, branqueamento de capitais e pornografia infantil.

Referiu ainda que há rotas de tráfico com logísticas partilhadas, ressaltando a operação Icebraker, com ação conjunta da Europol e da Eurojust.

Por fim, sublinhou as futuras ameaças: criminalidade grave e organizada; aumento do número de migrantes nas fronteiras da UE e tráfico de migrantes; utilização das redes sociais por terroristas e membros do crime organizado; e a utilização crescente da darknet.

Seguiu-se o período de questões, para o qual tinham sido distribuídos dois contributos escritos, um do Bundestag e outro do Parlamento Cipriota. Colocaram questões a chefe

---

<sup>2</sup> [https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/188160/23\\_14h30\\_15h30\\_DE%20BOLLE\\_Speaking\\_notes-original.pdf](https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/188160/23_14h30_15h30_DE%20BOLLE_Speaking_notes-original.pdf)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Comissão de Assuntos Europeus

*de delegação do Bundestag, Sra. Susanne Mittag; o Sr. Demetris Demetriou do Chipre; o Sr. Keletsis da Grécia; a Sra. Stromkvist da Suécia, o Sr. Zarzalejos, do Parlamento Europeu (PE); o Sr. Ó Caoláin da Irlanda; o Sr. Lannet da Estónia, o Sr. Axel Voss do PE; o Sr. Conway do Senado Irlandês; o Sr. Kettiros do Chipre; a Sra. Clare Daly do PE; o Sr. Charakopoulos da Grécia; a Sra. Caterina Chinnici do PE; o Sr. Hans-Jurgen Irmer da Alemanha; a Sra. Purra da Finlândia; a Sra. Assita Kanko do PE; e o Sr. Ragkousis da Grécia.*

*A estas questões respondeu em conjunto a Sra. Catherine de Bolle, agrupando o tipo de questões nos seguintes temas:*

*Questões orçamentais: abaixo das expectativas relativamente à proposta do conselho de administração; a preocupação com as ameaças à segurança interna da UE; a necessidade de rever as prioridades se houver menos recursos.*

*Destacamento de funcionários convidados: reforçar o combate ao crime organizado, tráfico de droga e violência; centrar esforços da Europol nos alvos mais importantes; o apoio a 15 casos, quando são necessários 45 a 50.*

*Combate à criminalidade ambiental, que depende da colaboração dos EM; reforço do sistema informático, sendo necessária verba do orçamento da UE.*

*Comunicação entre serviços, colaboração entre os EM diminuição de recursos nas autoridades policiais em todos os EM, a necessidade de análise das capacidades de resposta.*

*Ações de policiamento a nível europeu;*

*O mandato da Europol no Chipre é claro: não pode avançar com medidas executivas, só podendo processar a informação dos EM que se coadunam com o quadro jurídico que regula a Europol;*

*Tráfico de seres humanos e combate ao crime organizado: colaboração com a Frontex é essencial, veja-se o caso da Grécia;*

*Acordo Turquia/Europol/eu: não há acordo operacional, o que não permite a troca de dados; o PE/Eu estão a negociar um acordo;*

*Estratégia externa e cooperação com países terceiros: mais de 60% dos chefes dessas organizações são nacionais de EM; sem haver acordos com países terceiros não pode haver troca de dados;*

*Acordo operacional com Balcãs ocidentais: necessita de melhoria;*

*Brexit: já foram tratados com o conselho de administração da Europol todos os cenários possíveis. Há diferentes cenários que se colocam de acordo com as decisões tomadas;*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Comissão de Assuntos Europeus

*Grupo de Trabalho para a troca de informação correta entre os EM e a Europol;  
Cooperação com a Frontex: é essencial; reunião entre as duas agências, o programa de cooperação está desenhado evitando a duplicação da ação;  
Proteção de dados: efetivamente há uma situação muito diferente entre vários Estados;  
Finalmente, disse que provavelmente não foram respondidas todas as perguntas pelo que pedia que os Deputados fizessem o favor de enviar perguntas por escrito.*

**15.30 - 16.15 - Relatório do Conselho de Administração da EUROPOL sobre as atividades entre março e setembro de 2019, com incidência nas funções listadas no artigo 7.º, n.º 11 do Regulamento da EUROPOL**

- Andrei **LINTA**, Presidente do Conselho de Administração da EUROPOL

- Relatório por Oana **FLOREA**, Presidente da Delegação romena

*O Sr. Linta<sup>3</sup> apresentou as tarefas e atividades principais do Conselho de Administração (CA) desde março de 2019, salientando: é o principal instrumento de governação da agência com participação dos EM (EM). Desde outubro de 1998 houve uma evolução do quadro regulamentar da Europol. O artigo 11.º do Regulamento; poderes de nomeação dos funcionários, incluindo o diretor executivo. Direitos e obrigações dos agentes de ligação que se encontram em Haia; gestão de conflitos de interesses desses funcionários e dos elementos do CA. Decisão de 2016 relativa ao Regulamento 1049 de 2011 relativo à Transparência, foi o CA que definiu o modus operandi.*

*Ilustrou o modo de funcionamento do CA e a preparação das suas reuniões, respeitando as questões de confidencialidade proteção de dados. Aludiu, ainda aos seguintes pontos: composição do CA; participação do PE e dos Parlamentos nacionais. O CA tem funcionado de forma colegial. O funcionamento da Europol em função da intervenção da Comissão, do PE, do GPCP e da Autoridade Europeia de Proteção de Dados. O CA acompanha de perto os projetos de interoperacionalidade. O GCPC é muito importante para as relações da Europol com as autoridades judiciais dos EM.*

*Agradeceu os contributos dados pela Sra. Florea enquanto vice-presidente da troika presidencial.*

---

<sup>3</sup> [http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/188162/23\\_15h30\\_16h15\\_LINTA\\_Fifth\\_JPSG\\_Meeting\\_-\\_Speech\\_MB\\_Chair\\_-\\_Outline-original.pdf](http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/188162/23_15h30_16h15_LINTA_Fifth_JPSG_Meeting_-_Speech_MB_Chair_-_Outline-original.pdf)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Comissão de Assuntos Europeus

*Abordou a futura perspetiva financeira 2020-2022. Entrada em vigor do Regulamento da Europol; todas as decisões são publicadas no sítio da Europol; respeito pela transparência.*

*Programa plurianual a aprovar em novembro vai definir a capacidade de ação da Europol. Os EM cada vez recorrem mais à Europol em casos como o 5G, capacidades de descrição; big data. Novo gabinete da Procuradoria Europeia.*

*Seguiu-se a intervenção da Sra. Florea<sup>4</sup>, que falou da sua participação na reunião do CA e louvou a relação consolidada do GCPC com o CA da Europol. Como é importante criar ligações fortes entre a agência e o grupo de escrutínio. Realçou os contactos com a diretora executiva. Sublinhou o ambiente de segurança na UE com cada vez mais desafios e a necessidade de receber informações da Europol atempadamente.*

*Falou da resposta na área dos crimes económicos e financeiros, irá ser criada uma nova direção.*

*No campo das relações externas há uma nova estratégia, que está a ser avaliada e será apresentada no próximo ano.*

*O Programa de Trabalho de 2018 veio demonstrar as implicações das restrições orçamentais que são motivo de preocupação. É um ambiente em constante evolução; necessário o reforço dos recursos da agência.*

#### **16.45 - 17.30 - Revisão do Regulamento do GCPC - 1.ª parte**

- Apresentação das emendas pelas delegações.
- Troca de impressões;

*O Sr. López Aguilar fez um enquadramento do processo de revisão do Regulamento do GCPC (JPSG), dando conta de que a Dinamarca não participa, mas que a sua posição constará da ata da reunião.*

---

<sup>4</sup>

[http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/188161/23\\_15h30\\_16h15\\_FLOREA\\_Discurs%20Representant%20MB%2019.09.2019-original.pdf](http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/188161/23_15h30_16h15_FLOREA_Discurs%20Representant%20MB%2019.09.2019-original.pdf)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Comissão de Assuntos Europeus

*O Sr. Nordqvist, chefe da delegação, apresentou a posição da Dinamarca perante o GCPC da Europol e a participação no CA da Europol. Espera que a Dinamarca possa agora vir a obter o apoio dos outros EM.*

*O Sr. Piotr Apel, do Parlamento polaco, questionou o seguinte: quando a Dinamarca fizer parte da troika, quem é que vai fazer parte da troika presidencial do GCPC? Só dois EM? Como se processará a participação da Dinamarca?*

*O Sr. López Aguilar disse que a resposta é o que resulta da saída da Dinamarca do espaço europeu de segurança e justiça. Será a presidência cessante a ocupar o lugar, i.e., a Finlândia. Aprovadas as alterações propostas e de acordo com as decisões daquela manhã.*

*A Sra. Talvitie apresentou sumariamente as propostas de alteração em discussão.*

*A Sra. Monica den Boer, da Holanda apresentou a proposta de alteração 1, com os objetivos de: alcançar a transparência; a disponibilização da documentação atempadamente para as reuniões do JPSSG; a Europol já facultar informação suficiente (18 meses); a eleição por consenso é necessária.*

*A Sra. Susanne Mittag, disse que muito deve ser feito para dar eficácia ao escrutínio parlamentar. O direito de perguntar dispõe de informação suficiente. Artigo 4.º, n.º 2.*

*O Sr. Bzoch, da Câmara dos Deputados Checa, falou na rotatividade dos EM na participação no Conselho de administração; da necessidade de alterar o modo de votação: preferível o consenso, mas não sendo este possível, então por maioria qualificada.*

*Proposta do Bundestag/Roménia/Croácia. Falou a chefe de delegação da Roménia, a Sra. Florea, para apresentar a alteração 4 ao artigo 4.º, n.º 2; direito de colocar perguntas – período de seis semanas para a Europol responder. Visibilidade das perguntas e respostas – devem ser colocadas no sítio web do IPEX, o que permite verificar se a pergunta já foi feita, de modo a evitar repetição de perguntas.*

*Segunda alteração: ponto 9, que diz respeito à nomeação do representante do GCPC no CA; que a presidência possa nomear um membro como observador nas reuniões do CA.*

*Depois o artigo 5.º com propostas de alteração por parte de vários países, referente ao representante do GCPC no CA, por um período de seis meses. A posição da Roménia é que é preferível encontrar consenso, se não for possível, propõem que haja os seguintes membros: titular e suplente e dois copresidentes. O presidente da Comissão*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Comissão de Assuntos Europeus

*LIBE deveria ser membro do CA. Havendo dois membros, apenas um poderá fazer uso da palavra*

*A Sra. Vânia Dias da Silva, Deputada da Assembleia da República, apresentou a proposta de Portugal, oportunamente enviada à Presidência romena: O GCPC nomeia um representante com direito a participar, nos termos do artigo 14.º do Regulamento Europol, nas reuniões do Conselho de Administração da Europol, como observador sem direito a voto. O representante será nomeado por um período de seis meses, obedecendo à regra da rotatividade.*

*O representante do Chipre apresentou a alteração 10: A delegação da GCPC do Parlamento nacional que exerce a copresidência nomeará, de entre os membros efetivos do GCPC, um representante, por um período de seis meses, com direito a participar, em conformidade com o artigo 14 do Regulamento Europol, nas reuniões do Conselho de Administração como observador sem direito a voto. O Representante deve apresentar um relatório ao GCPC após cada reunião do Conselho de Administração sobre suas principais conclusões por escrito.*

*O representante da Suécia apresentou as propostas 11 e 13 relativas ao Artigo 5.º.*

*O Sr. Kris Peeters, vice-presidente, delegação do PE, apresentou a alteração 12, dizendo que era muito claro para os deputados europeus que o representante deve ser escolhido entre os titulares. O PE não concorda com a proposta de alteração 3.3. Pede se podem esclarecer.*

*O chefe de delegação da Hungria, Sr. Lajos Kósa, referiu-se à carta de 7 de maio, à nomeação dos membros do GCPC no CA; à necessidade de definição quanto à duração do mandato que deve resultar de consenso e à preocupação com a continuidade.*

*O Sr. Miroslav Nenutil, do Senado Checo, disse confirmar o que o seu colega da Câmara dos Deputados tinha dito anteriormente; que devia haver um representante do GCPC no CA e que era a favor da revisão do regimento; e que seria preferível o consenso.*

*O representante da Irlanda pronunciou-se sobre a seleção do representante do GCPC. A Comissão de Justiça do Parlamento irlandês considera que os representantes do GCPC devem provir dos países da Presidência e coincidir com o mandato.*

*O Sr. Piotr Apel, do parlamento polaco, disse que a Europol deve ser eficaz, mas também transparente. Subscrive todas as propostas nesse sentido. Os delegados devem ter tempo suficiente, pelo que 18 meses lhe parecem um bom prazo.*

*O Sr. Irmer, da Alemanha, referiu-se ao artigo 4.º, n.º 1, dizendo que gostaria que aos membros do GCPC lhes fosse possível apresentar propostas que ficam retidas ou não*





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Comissão de Assuntos Europeus

*nos projetos de ordem do dia, alteráveis até duas semanas antes da reunião. Propôs passar a questão dos prazos para a reunião seguinte.*

*Um deputado polaco do PE também se expressou pela duração do mandato, que seja pelos representantes da troica presidencial e por 18 meses.*

*O Sr. Charakopoulos, da Grécia, disse que 12 meses seriam suficientes; que a unanimidade é preferível no processo de decisão; mesmo que haja dissonâncias tentar alcançar unanimidade com discussão; se não for possível a decisão será por dois terços como sucede na COSAC.*

*O representante da Lituânia expressou-se por um mandato de 18 meses do representante do GCPC no CA e assegurar a continuidade.*

*Este ponto da reunião foi retomado no dia seguinte.*

#### **17.30 - 18.30 - Relatório da Autoridade Europeia de Proteção de Dados e do Conselho de Cooperação da EUROPOL**

*- Wojciech WIEWIÓROWSKI, Assistant Supervisor to the European Data Protection Supervisor;*

*- Professor François PELLEGRINI, Presidente do Conselho de Cooperação da EUROPOL;*

López Aguilar deu a notícia do falecimento do supervisor europeu de proteção de dados, o Senhor Giovanni Buttarelli, e foi observado um minuto de silêncio.

*De seguida o Sr. Wiewiórowski<sup>5</sup> apresentou o relatório das atividades dos últimos seis meses. A Autoridade Europeia de Proteção de Dados lida com matéria sensível e coopera com as autoridades nacionais de proteção de dados. Há uma supervisão independente a nível nacional e europeu. Disse que os desafios da proteção de dados eram do conhecimento dos deputados presentes. Há cada vez mais bases de dados nas mãos das autoridades policiais, mas tal também permite a aplicação da lei; são os dois lados da mesma moeda. Há também uma cooperação com o Conselho de Administração da Europol, essa cooperação com a Europol é praticamente diária, através das equipas que se ocupam desta matéria. Há reuniões bimensais. Saliu*

---

<sup>5</sup>[https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/188164/23\\_17h30\\_18h30\\_WIEVOROWSKI\\_speaking%20not%20es\\_NOT%20VERBATIM%20RECORD\\_Assistant\\_EDPS-original.pdf](https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/188164/23_17h30_18h30_WIEVOROWSKI_speaking%20not%20es_NOT%20VERBATIM%20RECORD_Assistant_EDPS-original.pdf)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Comissão de Assuntos Europeus

*um projeto operacional de análise da transferência de dados para países terceiros. Quanto ao Brexit, se não houver acordo de saída, tentar-se-á encontrar uma solução. O Professor Pellegrini<sup>6</sup> falou das competências do Conselho de Cooperação da Europol. Disse que o tratamento de dados pessoais em todas as instituições da UE era feita pelo regulador europeu. Citou o artigo 45.º do Regulamento da Europol (constituição do conselho superior e entidades nacionais). O processamento de dados da Europol é feito de acordo com os procedimentos legais de cada Estado Membro (autoridades nacionais). Referiu-se aos novos ficheiros operacionais e sistemas de informação, ao sistema de informação da Europol; ao RGPD, à personalidade jurídica e aos grupos de coordenação e supervisão. O novo modelo de cooperação em matéria de proteção de dados deve estar pronto até ao final do ano. Outra das missões do Conselho de Cooperação é a defesa dos direitos dos sujeitos dos dados. Disse que à altura havia oito acordos de cooperação com países terceiros (artigo 25.º, n.º 4 do Regulamento Europeu) e que a revisão dos acordos devia ser realizada o mais breve possível.*

*Na parte do debate, a Alemanha perguntou o que sucederá com a troca de dados do Reino Unido.*

*A Sra. Chinnicci falou da diretiva de 2019 relativa à troca de informações; perguntou que modificações podem ser feitas ao EUNET. Falou também na troca de informações financeiras.*

*A Sra. Daly questionou sobre a recolha de impressões digitais; perseguição política, policial.*

*O Sr. Wiewiórowski respondeu a estas primeiras questões em conjunto. Recordou o processo e análise no Tribunal Europeu sobre a temática. Disse que são fornecidos meta dados à Europol em sede de investigação. Controlo do financiamento ao terrorismo, após a introdução dos regulamentos da nova diretiva de proteção de dados. Quanto ao Brexit será necessário chegar a um acordo; o mais difícil será se houver um hard exit.*

*O Sr. Pellegrini, respondendo às questões, falou na rede de informação de dados financeiros e da necessidade de melhorar a rede FIU.net (Financial Information Units network). Se uma transação ultrapassa um determinado patamar é lançado um alerta.*

---

<sup>6</sup>[https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/188163/23\\_17h30\\_18h30\\_PROF%20PELLEGRINI\\_ecb\\_speech\\_jpsg\\_20190922-original.pdf](https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/188163/23_17h30_18h30_PROF%20PELLEGRINI_ecb_speech_jpsg_20190922-original.pdf)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Comissão de Assuntos Europeus

*O que significa que circulam dados mesmo de não suspeitos. Não há uma definição jurídica do que é um suspeito. Não podemos ter uma solução técnica para um problema jurídico.*

*O Sr. Wiewiórowski referiu-se ainda à questão dos hotspots, dizendo que a Europol está a trabalhar com a Frontex e as autoridades nacionais (EES). Pode ser fornecida uma resposta por escrito á questão. Disse também que as queixas apresentadas são essencialmente sobre o armazenamento de dados na Europol.*

**24 de setembro**

**9.00-9.45 - Discurso de Maria OHISALO (Verdes), Ministra do Interior da Finlândia**

*Debate*

*A Ministra do Interior da Finlândia, Sra. Maria Ohisalo<sup>7</sup> expôs as prioridades da Presidência Finlandesa, abordando as seguintes ideias-chave: segurança interna; alterações climáticas; problemas que afetam toda a UE não podem ser tratados sem ser em conjunto; nenhuma destas ameaças vai desaparecer; a UE deve dar o exemplo, integração social de toda a comunidade; respeito pelo Estado de Direito e pelos Direitos Humanos; papel importante das agências europeias que lidam com estas matérias, como seja a Europol; matérias da segurança na cooperação judicial; responsabilidade climática; encontros no âmbito da segurança Relevou as afirmações da Presidente indigitada para os problemas das alterações climáticas. Disse ser necessária coesão social para combater as ameaças híbridas. Apesar da diminuição dos ataques, a ameaça do terrorismo continua (foreign fighters). Cooperação com os fornecedores de internet no combate ao terrorismo é importante. Tal como a defesa da liberdade de expressão e o combate ao cibercrime. Disse ainda ser necessário melhorar o funcionamento do sistema europeu de asilo; promoção da imigração legal; monitorização dos fluxos migratórios; controlo mais eficiente das fronteiras.*

---

<sup>7</sup> [https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/188165/24\\_9h00-9h45\\_MIN%20OHISALO\\_presentation%20Fifth%20JPSG%20meeting-original.pdf](https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/188165/24_9h00-9h45_MIN%20OHISALO_presentation%20Fifth%20JPSG%20meeting-original.pdf)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Comissão de Assuntos Europeus

*Seguiu-se o debate. O Sr. Apel, da Polónia, começou por dizer que as pessoas com más intenções se aproveitam do sistema, que será necessário encontrar formas de o evitar. Que se deve limitar os aspetos negativos da informação. Falou ainda da intolerância de países terceiros e das ameaças externas on-line.*

*O representante do Chipre entendeu ser necessário um debate público sobre a segurança na União. Perguntou em que situação estava a proposta de aumentar os poderes da Procuradoria europeia. Referiu-se ainda ao discurso de ódio versus liberdade de expressão.*

*O Sr. Zarzalejos, do PE, falou na Internet como um campo para os delinquentes; da impunidade dos crimes cibernéticos; da disseminação de conteúdos terroristas na web. Referiu-se, ainda, aos cortes orçamentais para algumas agências, qual era a posição da presidência finlandesa quanto a esta questão e como avaliava o atual estado da cooperação neste âmbito.*

*O Sr. Metsu da Bélgica referiu-se ao controlo de passageiros, aéreos e não só; à nova lei belga; que deve haver regulamentação a nível europeu.*

*A Sra. Heinaluoma, da Finlândia, falou nos direitos de privacidade, nas fronteiras nacionais, questionando qual era o papel da UE neste âmbito.*

*A Sra. Kanko, do PE, referiu-se aos ataques ao direito de liberdade de expressão e à proteção da vida privada.*

*O Sr. Bilčík, do PE, questionou sobre o controlo interno de fronteiras e o combate à desinformação na Internet.*

*O Sr. Khalil da Eslovénia falou na questão da ganância e a sua ligação com a segurança na Internet; à proteção das crianças e a sua participação nas redes sociais.*

*A Sra. Maria Ohisalo respondeu em conjunto, fazendo a premissa de que muitas das questões colocadas seriam respondidas pelo seu colega da Justiça, pelo que iria responder às que se dirigiam ao seu ministério. Quanto à questão de Schengen e das fronteiras disse ser necessário combinar mobilidade com segurança; relativamente ao cibercrime disse ser necessário adotar soluções rápidas para que as forças policiais possam atuar; necessidade de intercâmbio de informações; a liberdade de expressão deve ser acompanhada de responsabilidade, deve-se proteger a Internet de todas as formas; recolha de dados de passageiros feita em conjunto já que os criminosos utilizam todos os meios de transporte. O Conselho vai pronunciar-se sobre estas questões.*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Comissão de Assuntos Europeus

**9.45 - 10.30 - As prioridades de gestão da informação da EUROPOL em 2019 –**

- Luis DE EUSEBIO RAMOS, Subdiretor executivo da EUROPOL;

- Anssi KANGAS, Superintendente-Chefe da Polícia Finlandesa sobre o projeto UMF3+  
Debate

*O Sr. Luis de Eusebio Ramos<sup>8</sup> falou na gestão da informação, como se desenvolve e aplica, como se pode consultar na sua exposição.*

*O Sr. Anssi Kangas<sup>9</sup> referiu-se à implementação da troca de informações. Ao acesso direto aos dados da Europol, verificação cruzada, ligações entre dados; ao acesso às buscas da Europol através dos sistemas nacionais. Referiu-se ainda ao Quest, projeto financiado pela EU de que a Finlândia faz parte.*

*Seguiram-se as questões colocadas pelos participantes. A Sra. Corneli, chefe de delegação da Câmara de Deputados italiana, questionou a ministra sobre o controlo de fronteiras e a partilha de informação.*

*O Sr. Kofod do PE perguntou ao Sr. Kangas se a Finlândia é efetivamente o país que mais recorre às bases de dados da Europol.*

*O Sr. Madison do PE colocou a questão das dificuldades em recolher informações junto das autoridades nacionais.*

*O Sr. Eusebio Ramos respondeu, dizendo que a cooperação Europol/Frontex está a ser reforçada pelo novo protocolo entre as agências; falou na participação na verificação dos fluxos secundários de migração no terreno em Itália e Grécia; referiu-se ao projeto ETIAS; participação da agência, dupla verificação da informação que lhes chega.*

*O Sr. Kangas confirmou que a Finlândia é o país que teve mais acessos, mas não é que fornece mais dados; há outros países a aumentar as suas buscas; e que a cooperação bilateral entre EM não tem problemas.*

---

<sup>8</sup> [http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/188167/24\\_9h45\\_10h30\\_DE%20EUSEBIO%20RAMOS-Europol\\_s\\_Information\\_Management\\_Priorities\\_in\\_2019-original.pdf](http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/188167/24_9h45_10h30_DE%20EUSEBIO%20RAMOS-Europol_s_Information_Management_Priorities_in_2019-original.pdf)

<sup>9</sup> [http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/188168/24\\_9h45-10h30\\_KANGAS\\_UMF3+-%20Finnish%20presidency%201-original.pdf](http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/188168/24_9h45-10h30_KANGAS_UMF3+-%20Finnish%20presidency%201-original.pdf)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Comissão de Assuntos Europeus

*A Sra. Heinaluoma, da Finlândia, perguntou quais era as evoluções internacionais; que tecnologia é utilizada no contexto internacional fora da UE.*

*Respondeu o Sr. Kangas dizendo que numa perspetiva nacional e da EU estavam na dianteira; que não conhecia o estado da situação nos EUA ou na América do Sul, mas que tinha a sensação de a Finlândia estar na dianteira. E que existia uma cooperação europeia com o exterior.*

*O Sr. Eusebio Ramos falou na inteligência artificial. Disse que a Europol estava a trabalhar com os estados para facilitar os tempos de resposta; aposta na verificação de mensagens; big data – instrumentos de ponta usados na área forense e nos crimes mais graves (exploração sexual de menores); que não é usada a “Cloud” por razões de segurança.*

#### **12:00 - Revisão do Regulamento do GCPC - 2.ª parte**

- Continuação do debate;
- Possível adoção da Revisão do Regulamento.
- Designação do representante do GCPC no Conselho de Administração da EUROPOL
- Debate;
- Decisão (dependente do acordo a que se chegar na revisão do regulamento)

*A discussão relativa a esta questão começou com algum atraso. Foi apresentada uma proposta de compromisso pela Alemanha, Finlândia e Roménia, que foi lida pela Sra. Purra do parlamento finlandês.*

*A Holanda propôs uma medida para se chegar a acordo. A Alemanha disse necessitar de um prazo para responder às perguntas, acrescentando que se deviam adotar regras claras.*

*O Sr. Kris Peeters, da delegação do PE, disse apoiar a ideia de que se viesse a encerrar a questão do Regulamento nesse dia e que havia toda uma série de coisas a discutir no futuro. Disse ainda que o PE aceitava o compromisso avançado pela Finlândia com o apoio da Alemanha e da Roménia.*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Comissão de Assuntos Europeus

*O Sr. Loberg, da Suécia, afirmou acompanhar o compromisso para o artigo 5.º e apresentou uma proposta para o artigo 6.º, n.º 2, que permitiria às delegações apresentar propostas de revisão do Regulamento.*

*O representante do Chipre considerou estas alterações muito importantes e que seria bom poder concluir a questão do artigo 5.º, naquele dia. Sublinhou a necessidade de transparência e da observação de prazos. Relativamente à proposta de compromisso apresentada anteriormente questionou qual o sentido da expressão “alternativa”; se se entendia que quando a reunião fosse em Bruxelas estaria presente o representante do PE e quando fosse no país da presidência estaria também o representante do GCPC. A Sra. Florea, da Roménia, ressaltou a necessidade de se fixar um prazo para as respostas às perguntas enviadas à Europol.*

*O representante da Hungria disse que a proposta da Alemanha/Finlândia/Roménia lhes agradava e que a apoiaria se a proposta de alteração por eles apresentada de alteração ao artigo 14.º fosse aceite; proposta esta no sentido de o Presidente do Grupo representante como observador com direito a voto. Falou ainda na duração do mandato. O representante da França disse ser necessário que a questão do Regulamento ficasse bem definida. Que o que faltava no controlo da Europol era a disponibilidade de todos os meios para poder fazer esse controlo. Que se tem perdido muito tempo com a discussão do Regulamento. Que a proposta da Finlândia era de compromisso, mas que ainda não resolvia a situação. Disse ainda concordar com a proposta da Roménia para que houvesse uma revisão.*

*O representante da Irlanda disse que as primeiras leituras da proposta de compromisso pareciam ter um bom potencial. Falou no papel do observador no CA e ressaltou que era necessário chegar a uma decisão nesta reunião.*

*A Deputada Emília Cerqueira, da Assembleia da República, colocou a questão da dificuldade da alternativa da presença do representante do GCPC, se quando a reunião fosse em Bruxelas estaria presente só o representante do PE e se quando a reunião tivesse lugar no país da Presidência fosse de um representante do parlamento nacional. O representante da Alemanha disse haver uma incerteza sobre o que fazer no futuro; que via com dificuldade que se atingisse a unanimidade; que se deveriam aproveitar estas propostas com uma cláusula de revisão.*

*A Sra. Talvitie, da Finlândia, e que estava na Mesa do painel deu conta de que a situação se matéria como até aqui, visto não se alcançar a unanimidade necessária, pelo que a discussão se mantinha suspensa.*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Comissão de Assuntos Europeus

*As propostas<sup>10</sup> que estavam em discussão e que foram submetidas a discussão não obtiveram consenso pelo que não foram aprovadas.*

*O Sr. López Aguilar encerrou a sessão, fazendo um resumo do impasse, informando que esta discussão da revisão do Regimento continuaria na próxima conferência conjunta da Europol com o Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto.*

Assembleia da República, 13 de março de 2020

**A Delegação da Assembleia da República**

  
**Emília Cerqueira**

---

<sup>10</sup> [http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/186969/RoP%20column%20table\\_19092019-original.pdf](http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/186969/RoP%20column%20table_19092019-original.pdf)